

CAPÍTULO VI



Doutrina das penas eternas

• Origem da doutrina das penas eternas • Argumentos a favor das penas eternas • Impossibilidade material das penas eternas • A doutrina das penas eternas fez sua época • Ezequiel contra a eternidade das penas e o pecado original

Origem da doutrina das penas eternas

1. A crença na eternidade das penas perde terreno dia a dia, de modo que, sem ser profeta, pode prever-se-lhe o fim próximo.

Tais e de tal ordem poderosos e peremptórios têm sido os argumentos a ela opostos, que nos parece quase supérfluo ocuparmo-nos de tal doutrina de ora em diante, deixando que por si mesma se extinga.

Não se pode contestar, porém, que, apesar de caduca, ainda constitui o baluarte dos adversários das ideias novas, o ponto que defendem com mais obstinação, convictos aliás da vulnerabilidade que ela apresenta, e não menos convictos das consequências dessa queda.

Por este lado, a questão merece sério exame.

2. A doutrina das penas eternas teve sua razão de ser, como a do inferno material, enquanto o temor podia constituir um freio para os homens pouco adiantados intelectual e moralmente.

Na impossibilidade de apreenderem as nuances tantas vezes delicadas do bem e do mal, bem como o valor relativo das atenuantes e agravantes, os homens não se impressionariam, então, a não ser pouco ou mesmo nada com a ideia das penas morais.

Tampouco compreenderiam a temporalidade dessas penas e a justiça decorrente das suas gradações e proporções.

3. Quanto mais próximo do estado primitivo, mais material é o homem.

O senso moral é o que de mais tardio nele se desenvolve, razão pela qual também não pode fazer de Deus, dos seus atributos e da vida futura, senão uma ideia muito imperfeita e vaga.

Assimilando-o à sua própria natureza, Deus não passa para ele de um soberano absoluto, tanto mais terrível quanto invisível, como um rei despótico que, fechado no seu palácio, jamais se mostrasse aos súditos. Deus só é então poderoso pela força material, porque eles não compreendem o poder espiritual. Só o concebem armado com o raio, ou no meio de relâmpagos e tempestades, semeando de passagem a destruição, a ruína, semelhantemente aos guerreiros invencíveis.

Um Deus de mansuetude e cordura não seria um Deus, porém um ser fraco e sem meios de se fazer obedecer. A vingança implacável, os castigos terríveis, eternos, nada tinham de incompatíveis com a ideia que se fazia de Deus, não lhes repugnavam à razão. Implacável também ele, homem, nos seus ressentimentos, cruel para os inimigos e inexorável para os vencidos, Deus, que lhe era superior, deveria ser ainda mais terrível.

Para tais homens eram precisas crenças religiosas assimiladas à sua natureza rústica. Uma religião toda espiritual, toda amor e caridade não podia aliar-se à brutalidade dos costumes e das paixões.

Não censuremos, pois, a Moisés sua legislação draconiana, apenas bastante para conter o povo indócil, nem o haver feito de Deus um Deus vingativo. A época assim o exigia, essa época em que a doutrina de Jesus não encontraria eco e até se anularia.

4. À medida que o Espírito se desenvolvia, o véu material ia-se-lhe dissipando pouco a pouco, e os homens habilitavam-se a compreender as coisas espirituais. Mas isso não aconteceu senão lenta e gradualmente. Por ocasião de sua vinda, já Jesus pôde proclamar um Deus clemente, falando do seu reino, não deste mundo, e acrescentando: «Amai-vos uns aos outros e fazei bem aos que vos odeiam» (LUCAS, 6:27), ao passo que os antigos diziam: “olho por olho, dente por dente”.

Ora, quais eram os homens que viviam no tempo de Jesus?

Seriam almas novamente criadas e encarnadas? Mas se assim fosse, Deus teria criado para o tempo de Jesus almas mais adiantadas que para o tempo de Moisés? E daí o que teria decorrido para estas últimas? Consumir-se-iam por toda a eternidade no embrutecimento? O mais comezinho bom senso repele essa suposição. Não; essas almas eram as mesmas que viviam sob o império das leis mosaicas e que tinham adquirido, em várias existências, o desenvolvimento suficiente à compreensão de uma doutrina mais elevada, assim como hoje mais adiantadas se encontram para receber um ensino ainda mais completo.

5. O Cristo não pôde, no entanto, revelar aos seus contemporâneos todos os mistérios do futuro. Ele próprio o disse: *Muitas outras coisas vos diria se estivésseis em estado de as compreender, e eis por que vos falo em parábolas*. Sobretudo no que diz respeito à moral, isto é, aos deveres do homem, foi o Cristo muito explícito porque, tocando na corda sensível da vida material, sabia fazer-se compreender; quanto a outros pontos, limitou-se a semear sob a forma alegórica os germens que deveriam ser desenvolvidos mais tarde.

A doutrina das penas e recompensas futuras pertence a esta última ordem de ideias. Sobretudo, em relação às penas, Ele não poderia romper bruscamente com as ideias preconcebidas. Vindo traçar aos homens novos deveres, substituir o ódio e a vingança pelo amor do próximo e pela caridade, o egoísmo pela abnegação, era já muito; além disso, não podia racionalmente enfraquecer o temor do castigo reservado aos prevaricadores, sem enfraquecer ao mesmo tempo a ideia do dever.

Se o Cristo prometia o reino dos Céus aos bons, esse reino estaria interdito aos maus, e para onde iriam eles? Ademais, seria necessária a inversão da natureza para que inteligências ainda muito rudimentares pudessem ser impressionadas de feição a identificarem-se com a vida espiritual, levando-se em conta a circunstância de Jesus se dirigir ao povo, à parte menos esclarecida da sociedade, que não podia prescindir de imagens de alguma sorte palpáveis, e não de ideias sutis.

Eis a razão por que Jesus não entrou em minúcias supérfluas a este respeito; nessa época não era preciso mais do que opor uma punição à recompensa.

6. Se Jesus ameaçou os culpados com o fogo eterno, também os ameaçou de serem lançados na *Geena*. Ora, que vem a ser a *Geena*? Nada

mais nada menos que um lugar nos arredores de Jerusalém, um monturo onde se despejavam as imundícies da cidade.

Dever-se-ia interpretar isso também ao pé da letra? Entretanto era uma dessas figuras enérgicas de que Ele se servia para impressionar as massas. O mesmo se dá com o fogo eterno. E se tal não fora o seu pensar, Jesus estaria em contradição, exaltando a clemência e misericórdia de Deus, pois clemência e inexorabilidade são sentimentos antagônicos, que se anulam. Desconhecer-se-ia, pois, o sentido das palavras de Jesus, atribuindo-lhes a sanção do dogma das penas eternas, quando todo o seu ensino proclamou a mansidão do Criador.

No *Pai-nosso* Jesus nos ensina a dizer: “Perdoai-nos, Senhor, as nossas faltas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores” (LUCAS, 11:4; MATEUS, 6:12). Pois se o culpado não devesse esperar algum perdão, inútil seria pedi-lo.

Esse perdão é, porém, incondicional? É uma remissão pura e simples da pena em que se incorre? Não; a medida desse perdão subordina-se ao modo pelo qual se haja perdoado, o que equivale dizer que não seremos perdoados desde que não perdoemos. Deus, fazendo do esquecimento das ofensas uma condição absoluta, não podia exigir do homem fraco o que Ele, onipotente, não fizesse.

O *Pai-nosso* é um protesto cotidiano contra a eterna vingança de Deus.

7. Para homens que só possuíam da espiritualidade da alma uma ideia confusa, o fogo material nada tinha de improcedente, mesmo porque já participava da crença pagã, quase universalmente propagada. Igualmente a eternidade das penas nada tinha que pudesse repugnar a homens desde muitos séculos submetidos à legislação do terrível Jeová. No pensamento de Jesus o fogo eterno não podia passar, portanto, de simples figura, pouco lhe importando fosse essa figura interpretada à letra, desde que ela servisse de freio às paixões humanas. Sabia Ele ademais que o tempo e o progresso se incumbiriam de explicar o sentido alegórico, mesmo porque, segundo a sua predição, o *Espírito de Verdade* viria esclarecer aos homens todas as coisas. O caráter essencial das penas irrevogáveis é a *ineficácia do arrependimento*, e Jesus nunca disse que o arrependimento não mereceria a graça do Pai.

Ao contrário, sempre que se lhe deparou ensejo, Ele falou de um Deus clemente, misericordioso, solícito em receber o filho pródigo que voltasse ao lar paterno; inflexível, sim, para o pecador obstinado, porém, pronto sempre a trocar o castigo pelo perdão do culpado sinceramente arrependido. Este não é, por certo, o traço de um Deus sem piedade. Também convém assinalar que Jesus nunca pronunciou contra quem quer que fosse, mesmo contra os maiores culpados, a condenação irremissível.

8. Todas as religiões primitivas, revestindo o caráter dos povos, tiveram deuses guerreiros que combatiam à frente dos exércitos.

O Jeová dos hebreus facultava-lhes mil modos de exterminar os inimigos; recompensava-os com a vitória ou punia-nos com a derrota. Tal ideia a respeito de Deus levava a honrá-lo ou apaziguá-lo com sangue de animais ou de homens, e daí os sacrifícios sangrentos que representavam papel tão saliente em todas as religiões da Antiguidade. Os judeus tinham abolido os sacrifícios humanos; os cristãos, apesar dos ensinamentos do Cristo, por muito tempo julgaram honrar o Criador votando, aos milhares, às chamas e às torturas, os que denominavam hereges, o que constituía sob outra forma verdadeiros sacrifícios humanos, pois que os promoviam para *a maior glória de Deus*, e com acompanhamento de cerimônias religiosas. Hoje, ainda invocam o *Deus dos exércitos* antes do combate, glorificam-no após a vitória, e quantas vezes por causas as mais injustas e anticristãs.

9. Quão tardo é o homem em desfazer-se dos seus hábitos, prejuízos e primitivas ideias! Quarenta séculos nos separam de Moisés, e a nossa geração cristã ainda vê traços de antigos usos bárbaros, senão consagrados, ao menos aprovados pela Religião atual! Foi preciso a poderosa opinião dos *não-ortodoxos* para acabar com as fogueiras e fazer compreender a verdadeira grandeza de Deus. À falta de fogueiras, porém, prevalecem ainda as perseguições materiais e morais, tão radicada está no homem a ideia da crueldade divina. Nutrido por sentimentos inculcados desde a infância, poderá o homem estranhar que o Deus que lhe apresentam, lisonjeado por atos bárbaros, condene a eternas torturas e veja sem piedade o sofrimento dos culpados? Sim, são filósofos, ímpios como querem alguns, que se hão escandalizado vendo o nome de Deus profanado por atos indignos dele. São eles que o mostram aos homens na

plenitude da sua grandeza, despojando-o de paixões e baixeiras atribuídas por uma crença menos esclarecida.

Neste ponto a Religião tem ganho em dignidade o que tem perdido em prestígio exterior, porque se homens há devotados à forma, maior é o número dos sinceramente religiosos pelo sentimento, pelo coração.

Ao lado destes, porém, quantos não têm sido levados, sem mais reflexão, a negarem toda a Providência! O modo por que a Religião tem estacionado, em antagonismo com os progressos da razão humana, sem saber conciliá-los com as crenças, degenerou em deísmo para uns, em ceticismo absoluto para outros, sem esquecermos o panteísmo, isto é, o homem fazendo-se deus ele próprio, à falta de um mais perfeito.

Argumentos a favor das penas eternas

10. Voltemos ao dogma das penas eternas. Eis o principal argumento invocado em seu favor: “É doutrina sancionada entre os homens que a gravidade da ofensa é proporcionada à qualidade do ofendido. O crime de lesa-majestade, por exemplo, o atentado à pessoa de um soberano, sendo considerado mais grave do que o fora em relação a qualquer súdito, é, por isso mesmo, mais severamente punido. E sendo Deus muito mais que um soberano, pois é Infinito, deve ser infinita a ofensa a Ele, como infinito o respectivo castigo, isto é, eterno.”

REFUTAÇÃO: Toda refutação é um raciocínio que deve ter seu ponto de partida, uma base sobre a qual se apoie, premissas, enfim. Tomemos essas premissas aos próprios atributos de Deus: — *único, eterno, imutável, imaterial, onipotente, soberanamente justo e bom, infinito em todas as perfeições.*

É impossível conceber Deus de outra maneira, visto como, sem a infinita perfeição, poder-se-ia conceber outro ser que lhe fosse superior. Para que seja único acima de todos os seres, faz-se mister que ninguém possa excedê-lo ou sequer igualá-lo em qualquer coisa. Logo, é necessário que seja de todo infinito.

E porque são infinitos, os atributos divinos não sofrem aumento nem diminuição, sem o que não seriam infinitos e Deus perfeito tampouco. Se se tirasse a menor parcela de um só dos seus atributos, não haveria mais Deus, por isso que poderia coexistir um ser mais perfeito.

O infinito de uma qualidade exclui a possibilidade da existência de outra qualidade contrária que pudesse diminuí-la ou anulá-la. Um ser *infinitamente bom* não pode ter a menor parcela de maldade, nem o ser *infinitamente mau* pode ter a menor parcela de bondade. Assim também um objeto não seria de um negro absoluto com a mais leve nuance de branco, e vice-versa. Estabelecido este ponto de partida, oporemos aos argumentos supra os seguintes:

11. Só um ser infinito pode fazer algo de infinito. O homem, finito nas virtudes, nos conhecimentos, no poderio, nas aptidões e na existência terrestre, não pode produzir senão coisas limitadas.

Se o homem pudesse ser infinito no mal que faz, sê-lo-ia igualmente no bem, igualando-se, então, a Deus. Se o homem, porém, fosse infinito no bem não praticaria o mal, pois o bem absoluto é a exclusão de todo o mal.

Admitindo-se que uma ofensa temporária à Divindade pudesse ser infinita, Deus, vingando-se por um castigo *infinito*, seria logo infinitamente *vingativo*; e sendo Deus infinitamente vingativo não pode ser infinitamente bom e misericordioso, visto como um destes atributos exclui o outro. Se não for infinitamente bom não é perfeito; e não sendo perfeito deixa de ser Deus.

Se Deus é inexorável para o culpado que se arrepende, não é misericordioso; e se não é misericordioso, deixa de ser infinitamente bom. E por que daria Deus aos homens uma lei de perdão, se Ele próprio não perdoasse? Resultaria daí que o homem que perdoa aos seus inimigos e lhes retribui o mal com o bem, seria melhor que Deus, surdo ao arrependimento dos que o ofendem, negando-lhes por *todo o sempre* o mais ligeiro carinho.

Achando-se em toda parte e tudo vendo, Deus deve ver também as torturas dos condenados; e se Ele se conserva insensível aos gemidos por toda a eternidade, será eternamente impiedoso; ora, sem piedade, não há bondade infinita.

12. A isto se responde que o pecador arrependido, antes da morte, tem a misericórdia de Deus, e que mesmo o maior culpado pode receber essa graça. Quanto a isto não há dúvida, e compreende-se que Deus só perdoe ao arrependido, mantendo-se inflexível para com os obstinados; mas se Ele é todo misericordioso para a alma arrependida antes da morte, por que deixará de o ser para quem se arrepende depois dela? Por

que a eficácia do arrependimento só durante a vida, um breve instante, e não na eternidade que não tem fim? Circunscritas a *um dado tempo*, a bondade e Misericórdia divinas teriam limites, e Deus não seria infinitamente bom.

13. Deus é soberanamente justo. A soberana justiça não é inexorável absolutamente, nem leva a complacência ao ponto de deixar impunes todas as faltas; ao contrário, pondera rigorosamente o bem e o mal, recompensando um e punindo outro equitativa e proporcionalmente, sem se enganar jamais na aplicação.

Se por uma falta passageira, resultante sempre da natureza imperfeita do homem e muitas vezes do meio em que vive, a alma pode ser castigada eternamente, sem esperança de clemência ou de perdão, não há proporção entre a falta e o castigo — não há justiça. Reconciliando-se com Deus, arrependendo-se, e pedindo para reparar o mal praticado, o culpado deve subsistir para o bem, para os bons sentimentos. Se, porém, o castigo é irrevogável, esta subsistência para o bem não frutifica, e um bem não considerado significa injustiça. Entre os homens, o condenado que se corrige tem por comutada e às vezes mesmo perdoada a sua pena; e, assim, haveria mais equidade na justiça humana que na divina.

Se a pena é irrevogável, inútil será o arrependimento, e o culpado, nada tendo a esperar de sua correção, persiste no mal, de modo que Deus não só o condena a sofrer perpetuamente, mas ainda a permanecer no mal por toda a eternidade. Nisso não há nem bondade nem justiça.

14. Sendo em tudo infinito, Deus deve abranger o passado e o futuro; deve saber, ao criar uma alma, se ela virá a falir, assaz gravemente, para ser eternamente condenada. Se o não souber, a sua sabedoria deixará de ser infinita, e Ele deixará de ser Deus. Sabendo-o, cria voluntariamente uma alma desde logo votada ao eterno suplício, e, nesse caso, deixa de ser bom.

Uma vez que Deus pode conferir a graça ao pecador arrependido, *tirando-o do inferno*, deixam de existir penas eternas, e o juízo dos homens está revogado.

15. Consequentemente, a doutrina das penas eternas absolutas conduz à negação, ou, pelo menos, ao enfraquecimento de alguns atributos de Deus, sendo incompatível com a perfeição absoluta, donde resulta

este dilema: Ou Deus é perfeito e não há penas eternas, ou há penas eternas e Deus não é perfeito.

16. Também se invoca a favor do dogma da eternidade das penas o seguinte argumento:

“A recompensa conferida aos bons, sendo eterna, deve ter por correlário a eterna punição. Justo é proporcionar a punição à recompensa.”

REFUTAÇÃO: Deus criou as almas para fazê-las felizes ou desgraçadas?

Evidentemente a felicidade da criatura deve ser o fito do Criador, ou Ele não seria bom. Ela atinge a felicidade pelo próprio mérito, que, adquirido, não mais o perde. O contrário seria a sua degeneração. A felicidade eterna é, pois, a consequência da sua imortalidade.

Antes, porém, de chegar à perfeição, tem lutas a sustentar, combates a travar com as más paixões. Não tendo sido criada perfeita, mas *suscetível de o ser*, a fim de que tenha o mérito de suas obras, a alma pode cair em faltas, que são consequentes à sua natural fraqueza. E se por esta fraqueza fora eternamente punida, era caso de perguntar por que não a criou Deus mais forte?

A punição é antes uma advertência do mal já praticado, devendo ter por fim reconduzi-la ao bom caminho. Se a pena fosse irremissível, o desejo de melhorar seria supérfluo; nem o fim da criação seria alcançado, porquanto haveria seres predestinados à felicidade ou à desgrça. Se uma alma se arrepende, pode regenerar-se, e podendo regenerar-se pode aspirar à felicidade.

E Deus seria justo se lhe recusasse os respectivos meios?

Sendo o bem o fim supremo da Criação, a felicidade, que é o seu prêmio, deve ser eterna; e o castigo, como meio de alcançá-la, temporário. A noção mais mezinha da justiça humana prescreve que se não pode castigar perpetuamente quem se mostra desejoso de praticar o bem.

17. Um último argumento a favor das penas eternas é este:

“O temor das penas eternas é um freio; anulado este, o homem, por nada temer, entregar-se-ia a todos os excessos.”

REFUTAÇÃO: Esse raciocínio procederia se a temporalidade das penas importasse, de fato, na supressão de toda sanção penal.

A felicidade ou infelicidade futura é consequência rigorosa da Justiça de Deus, pois a identidade de condições para o bom e para o mau seria a negação dessa justiça.

E não sendo eterno, nem por isso o castigo deixa de ser temeroso, e tanto maior será o temor quanto maior a convicção.

Esta, por sua vez, tanto mais profunda será, quanto mais racional a procedência do castigo. Uma penalidade, em que se não crê, não pode ser um freio, e a eternidade das penas está nesse caso.

A crença nessa penalidade, já o afirmamos, teve a sua utilidade, a sua razão de ser em dada época; hoje, não somente deixa de impressionar os ânimos, mas até produz descrentes.

Antes de a preconizar como necessidade, fora mister demonstrar a sua realidade. Seria preciso, além disso, inferir a sua eficácia relativamente aos que a preconizam e se esforçam por demonstrá-la.

E, desgraçadamente, entre esses, muitos provam pelos atos que nada temem das penas eternas.

Assim, impotente para reprimir os próprios profitentes, que império poderá exercer sobre os descrentes e refratários?

Impossibilidade material das penas eternas

18. Até aqui, só temos combatido o dogma das penas eternas com o raciocínio. Demonstramo-lo agora em contradição com os fatos positivos que observamos, provando-lhe a impossibilidade.

Por este dogma a sorte das almas, irrevogavelmente fixada depois da morte, é, como tal, um travão definitivo aplicado ao progresso.

Ora, a alma progride ou não? Eis a questão: Se progride, a eternidade das penas é impossível.

E poder-se-á duvidar desse progresso, vendo a variedade enorme de aptidões morais e intelectuais existentes sobre a Terra, desde o selvagem ao homem civilizado, aferindo a diferença apresentada por um povo de um a outro século? Se se admite não ser das mesmas almas, é força admitir que Deus criou almas em todos os graus de adiantamento, segundo os tempos e lugares, favorecendo umas e destinando outras à perpétua inferioridade — o que seria incompatível com a justiça, que, aliás, deve ser igual para todas as criaturas.

19. É incontestável que a alma atrasada moral e intelectualmente, como a dos povos bárbaros, não pode ter os mesmos elementos de felicidade, as mesmas aptidões para gozar dos esplendores do Infinito, como a

alma cujas faculdades estão largamente desenvolvidas. Se, portanto, estas almas não progredirem, não podem em condições mais favoráveis gozar na eternidade senão de uma felicidade, por assim dizer, negativa.

Para estar de acordo com a rigorosa justiça, chegaremos, pois, à conclusão de que as almas mais adiantadas são as atrasadas de outro tempo, com progressos posteriormente realizados. Aqui, então, atingimos a questão magna da *pluralidade das existências* como meio único e racional de resolver a dificuldade. Façamos abstração, porém, dessa questão e consideremos a alma sob o ponto de vista de uma única existência.

20. Figuremos um rapaz de 20 anos, desses que comumente se encontram, ignorante, viciado por índole, cético, negando-se a sua alma e a Deus, entregue à desordem e cometendo toda sorte de malvadeza. Esse rapaz encontra-se, depois, num meio favorável, melhor; trabalha, instrui-se, corrige-se gradualmente e acaba por tornar-se crente e piedoso. Eis aí um exemplo palpável do progresso da alma durante a vida, exemplo que se reproduz todos os dias. Esse homem morre em avançada idade, como um santo, e naturalmente certa se lhe torna a salvação; mas qual seria a sua sorte se um acidente lhe pusesse termo à existência, trinta ou quarenta anos mais cedo? Ele estava nas condições exigidas para ser condenado, e, se o fosse, todo o progresso se lhe tornaria impossível.

E assim, segundo a doutrina das penas eternas, teremos um homem salvo somente pela circunstância de viver mais tempo, circunstância, aliás, fragilíssima, uma vez que um acidente qualquer poderia tê-la anulado fortuitamente. Desde que sua alma pôde progredir em um tempo dado, por que razão não mais poderia progredir depois da morte, se uma causa alheia à sua vontade a tivesse impedido de fazê-lo durante a vida? Por que lhe recusaria Deus os meios de regenerar-se na outra vida, concedendo-lhos nesta? Neste caso, o arrependimento veio, posto que tardio, mas se desde o momento da morte se impusesse irrevogável condenação, esse arrependimento seria infrutífero por todo o sempre, como destruídas seriam as aptidões dessa alma para o progresso, para o bem.

21. O dogma da eternidade absoluta das penas é, portanto, incompatível com o progresso das almas, ao qual opõe uma barreira insuperável. Esses dois princípios destroem-se, e a condição indeclinável da existência de um é o aniquilamento do outro. Qual dos dois existe de fato? A lei do progresso é evidente: não é uma teoria, é um fato corroborado pela

experiência: é uma Lei da natureza, divina, imprescritível. E, pois, que esta lei existe inconciliável com a outra, é porque a outra não existe. Se o dogma das penas eternas existisse verdadeiramente, Santo Agostinho, Paulo e tantos outros jamais teriam visto o Céu, caso morressem antes de realizar o progresso que lhes trouxe a conversão.

A esta última asserção respondem que a conversão dessas santas personagens não é um resultado do progresso da alma, porém, da graça que lhes foi concedida e de que foram tocadas.

Porém, isto é simples jogo de palavras. Se esses santos praticaram o mal e depois o bem, é que melhoraram; logo, progrediram. E por que lhes teria Deus concedido como especial favor a graça de se corrigirem? Sim, por que a eles, e não a outros? Sempre, sempre a doutrina dos privilégios, incompatível com a Justiça de Deus e com seu igual amor por todas as criaturas.

Segundo a Doutrina Espírita, de acordo mesmo com as palavras do Evangelho, com a lógica e com a mais rigorosa justiça, o homem só merece por suas obras, durante esta vida e depois da morte, nada devendo ao favoritismo: Deus o recompensa pelos esforços e pune pela negligência, isto por tanto tempo quanto nela persistir.

A doutrina das penas eternas fez sua época

22. A crença na eternidade das penas prevaleceu salutarmente enquanto os homens não tiveram ao seu alcance a compreensão do poder moral. É o que sucede com as crianças durante certo tempo contidas pela ameaça de seres quiméricos com os quais são intimidadas; chegadas ao período do raciocínio, repelem por si mesmas essas quimeras da infância, tornando-se absurdo o querer governá-las por tais meios. Se os que as dirigem pretendessem incutir-lhes ainda a veracidade de tais fábulas, certo decairiam da sua confiança. É isso que se dá hoje com a humanidade, saindo da infância e abandonando, por assim dizer, os cueiros. O homem não é mais passivo instrumento vergado à força material, nem o ente crédulo de outrora que tudo aceitava de olhos fechados.

23. A crença é um ato de entendimento que, por isso mesmo, não pode ser imposta. Se, durante certo período da humanidade, o dogma da eternidade das penas se manteve inofensivo e benéfico mesmo, chegou o

momento de tornar-se perigoso. Imposto como verdade absoluta, quando a razão o repele, ou o homem quer acreditar e procura uma crença mais racional, afastando-se dos que o professam, ou, então, descrê absolutamente de tudo. Quem quer que estude o assunto, calmamente, verá que, em nossos dias, o dogma da eternidade das penas tem feito mais ateus e materialistas do que todos os filósofos.

As ideias seguem um curso incessantemente progressivo, e absurdo é querer governar os homens desviando-os desse curso; pretender controlá-los, retroceder ou simplesmente parar enquanto o curso avança, é condenar e perder os homens. Seguir ou deixar de seguir essa evolução é uma questão de vida ou de morte para as religiões como para os governos.

Este fatalismo é um bem ou um mal? Para os que vivem do passado, vendo-o aniquilar-se, será um mal, mas para os que vivem pelo futuro é uma lei do progresso, de Deus em suma.

E contra uma Lei de Deus é inútil toda revolta, impossível a luta. Para que, pois, sustentar a todo o transe uma crença que se dissolve em desuso, fazendo mais danos que benefícios à Religião? Ah! contrista dizê-lo, mas uma questão material domina aqui a questão religiosa.

Esta crença tem sido grandemente explorada pela ideia de que com dinheiro se abrem as portas do Céu, livrando das do inferno. As quantias por estes meios arrecadadas, outrora e ainda hoje, são incalculáveis, e verdadeiramente fabuloso o imposto prévio pago ao temor da eternidade. E sendo facultativo tal imposto, a renda é sempre proporcional à crença; extinta esta, improdutivo será aquele.

De bom grado cede a criança o bolo a quem lhe promete afugentar o lobisomem, mas se a criança já não acreditar em lobisomens, guardará o bolo.

24. A Nova Revelação, dando noções mais sensatas da vida futura e provando que podemos, cada um de nós, promover a felicidade pelas próprias obras, deve encontrar tremenda oposição, tanto mais viva por estancar uma das mais rendosas fontes de receita. E assim tem sido, sempre que uma nova descoberta ou invento abala costumes inveterados e preestabelecidos.

Quem vive de antigos e custosos costumes sempre os defendem, alegando a superioridade e excelência deles, e assim desabonam as novidades, por melhores que sejam.

Acreditar-se-ia, por exemplo, que a imprensa, apesar dos benefícios prestados à sociedade, tenha sido aclamada pela classe dos copistas?

Não, certamente eles deveriam profligá-la. O mesmo se tem dado em relação a maquinismos, caminho de ferro e centenárias de outras descobertas e aplicações.

Aos olhos dos incrédulos o dogma da eternidade das penas afigura-se futilidade da qual se riem; para o filósofo esse dogma tem uma gravidade social pelos abusos que acoroçoa, ao passo que o homem verdadeiramente religioso tem a dignidade da Religião interessada na destruição dos abusos que tal dogma origina, e da sua causa, enfim.

Ezequiel contra a eternidade das penas e o pecado original

25. A quem pretenda encontrar na *Bíblia* a justificação da eternidade das penas, pode-se opor os textos contrários que a tal respeito não comportam ambiguidades. As seguintes palavras de Ezequiel são a mais explícita negação, não somente das penas irremissíveis, mas da responsabilidade que o pecado do pai do gênero humano acarretasse à sua raça:

1. O Senhor novamente me falou e disse: — 2. Donde vem o uso desta parábola entre vós e consagrada proverbialmente em Israel: Os pais, dizeis, comeram uvas verdes, e os dentes dos filhos ficaram estragados? — 3. Por mim juro, disse o Senhor Deus, que essa parábola não passará mais entre vós, como provérbio em Israel: — 4. Pois todas as almas me pertencem; a do filho está comigo como a do pai; a alma que tiver pecado morrerá ela própria.

5. Se um homem for justo, se proceder segundo a equidade e a justiça; — 7. Se não magoar nem oprimir ninguém; se entregar ao seu devedor o penhor que este lhe houver dado; se não tomar nada do bem de outrem por violência; se dá o seu pão a quem tem fome; se veste os que estão nus; — 8. Se não se presta à usura e não percebe mais do que tem dado; se desvia sua mão da iniquidade e promove um juízo conciliatório entre dois que contendem; — 9. Se caminha segundo a pauta dos meus preceitos e observa as minhas ordens para obrar conforme a verdade, esse homem é justo e viverá mui certamente, disse o Senhor Deus.

10. Se esse homem tem um filho que dê em ladrão, e derrame sangue, ou que cometa algumas destas faltas; — 13. Esse filho morrerá mui certamente, pois tem praticado todas essas ações detestáveis, e seu sangue permanecerá sobre a terra.

14. Se esse homem tem um filho que, vendo todos os crimes por seu pai cometidos, se aterrorize e evite imitá-lo; — 17. Este não morrerá por causa da iniquidade de seu pai, mas viverá mui certamente. — 18. Seu pai, que tinha oprimido os outros por calúnias e que tinha praticado ações criminosas no meio do seu povo, morreu por causa da sua própria iniquidade.

19. Se dizes: Por que o filho não tem suportado a iniquidade de seu pai? É porque o filho tem obrado segundo a equidade e a justiça; tem guardado todos os meus preceitos; e porque os tem praticado viverá mui certamente.

20. A alma que tem pecado morrerá ela mesma: *o filho não sofrerá pela iniquidade do pai e o pai não sofrerá pela iniquidade do filho*; a justiça do justo verterá sobre ele mesmo, a impiedade do ímpio verterá sobre ele.

21. Se o ímpio fez penitência de todos os pecados que tem cometido, se observou todos os meus preceitos, se obra segundo a equidade e a justiça, ele viverá certamente e não morrerá. — 22. *Eu não me lembrarei mais de todas as iniquidades que ele tenha cometido; viverá nas obras de justiça que houver praticado.*

23. É que Eu quero a morte do ímpio? — disse o Senhor Deus —, e não quero antes que se converta e desgarre do mau caminho que trilha? (EZEQUIEL, 18.)

Dizei-lhes estas palavras: Eu juro por mim mesmo que não quero a morte do ímpio, mas que o ímpio se converta, que abandone o mau caminho e que viva. (EZEQUIEL, 33:11.)